SUMÁRIO

Passado, presente e futuro do Direito. As arcadas e sua contribuição para o ensino do direito no Brasil ..... **XIII**
GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA E GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO
1. Primeiras palavras XIV
2. Da formação do curso XV
3. Do curso de então XVI
4. Da situação atual XVIII
5. Das perspectivas que se abrem XXII

A Escola do Recife e seu papel na construção do ensino jurídico brasileiro: uma ruptura de paradigmas ..... **XXVII**
ANA PAULA ARAÚJO DE HOLANDA
1. A Escola do Recife XXVII
1.1 Origem dos Cursos de Direito no Brasil XXVII
1.2 Construção intelectual da Escola do Recife XXXV

PARTE I
O ENSINO JURÍDICO NA HISTÓRIA

A *bucha*, a maçonaria e sua influência no ensino jurídico, com forte apego no positivismo **3**
JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO ALMEIDA FILHO
1. Introdução 3
2. A maçonaria e sua influência no ensino jurídico 8
2.1 Conceito de maçonaria 10
3. A maçonaria no Brasil 11
4. A maçonaria e os primeiros passos para a construção dos cursos jurídicos 13
4.1 Da independência à criação dos cursos jurídicos 16

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. A criação dos cursos jurídicos – 1827 24
5.1 Os debates sobre a localização dos cursos jurídicos e o nascimento de uma sociedade secreta em São Paulo 26
5.2 A bucha e a maçonaria – Mais inserções no ensino jurídico 30
6. A importância da *bucha* no ensino jurídico 40
6.1 Julio Frank e Líbero Badaró: Dois Ícones 42
6.2 A influência do positivismo no direito pátrio 44
6.3 Distinguindo o nosso positivismo 46
6.4 O positivismo de comte definitivamente implantado 48
7. Filosofia do direito: Pedro Lessa, *bucheiro* e maçom, lecionando nas Arcadas 52
8. Conclusões 54
9. Referências bibliográficas 56

O Estatuto do Visconde de Cachoeira e os debates parlamentares sobre o ensino jurídico brasileiro ocorridos entre 1823 e 1827 63
DANI RUDNICKI
Referências bibliográficas 77

Da dialética entre tradição e modernidade nos debates legislativos acerca da criação dos cursos jurídicos no Brasil: idéias e implicações da formatação dos conteúdos curriculares 79
MARCELO DALMÁS TORELLY
Referências bibliográficas 102

Ciência e política: o IAB e os primórdios do ensino jurídico no Brasil Imperial 105
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
1. Prólogo 105
2. O cenário 105
3. Influências maçônicas e a Constituição Imperial 110
4. A criação do IAB 111
5. Considerações finais 125
6. Referências bibliográficas 127

Roberto Lyra Filho: a importância de sua obra na história do ensino do direito brasileiro 129
HORÁCIO WANDERLEI RODRIGUES
1. Introdução 129
2. Vida e obra de Roberto Lyra filho 131
2.1 Quem foi Roberto Lyra Filho 131

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2 A importância de Roberto Lyra Filho para o pensamento jurídico brasileiro 133
3. O pensamento de Roberto Lyra Filho 135
3.1 Roberto Lyra Filho e o Direito que ensina errado 135
3.2 O diagnóstico-proposta de Roberto Lyra Filho no contexto do senso comum sobre o ensino do Direito 151
3.3 Método e objeto do ensino do Direito na obra de Roberto Lyra Filho 157
4. Conclusão 163
4.1 Como Lyra Filho vê o ensino do Direito 164
4.1.1 Algumas questões complementares 164
4.1.2 A questão fundamental 165
4.2 Propostas para o Ensino do Direito a partir de Lyra Filho 165
5. Referências bibliográficas 167

PARTE II
O PRESENTE DO ENSINO JURÍDICO

Os atuais objetivos do ensino de direito no Brasil 171
FERNANDO FREDERICO DE ALMEIDA JÚNIOR
1. Introdução 171
2. Os pilares da educação: o Relatório Delors 172
3. Morin e os saberes necessários à educação do futuro 175
4. A declaração mundial sobre educação superior no século XXI 179
5. A Constituição Federal de 1988 182
6. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 190
7. A Resolução CES/CNE n. 9, de 29/9/2004 191
8. Considerações finais: repensando os objetivos e fundamentos do ensino de Direito 197
9. Referências bibliográficas 205

180 anos de ensino do direito no Brasil – Olhares e perspectivas discentes 211
ELISA PIRES DA CRUZ, JAQUELINE SANTA BRÍGIDA SENA, VITOR SOUZA LIMA BLOTTA E WILSON LEVY
1. Introdução 211
2. Linguagem e poder: 180 anos de sala de aula 212
3. Pesquisa na graduação: entre a necessidade e a cultura *bacharelesca* 218
4. O Estágio profissional: entre o *office boy* de terno e a função pedagógica 224

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5. Perspectivas para as carreiras jurídicas: a realidade de um advogado júnior num escritório de advocacia de médio-grande porte 229
6. Perspectivas, ou caminhos possíveis 234
7. Referências bibliográficas 237

Ensino juridico como fonte de direito: uma abordagem crítica sobre o espaço universitário 241
Elizete Lanzoni Alves
1. Introdução 241
2. Ensino juridico: eterna crise 242
3. Professor universitário: reprodução ou orientação? 242
4. Excelência de ensino: um problema conceitual 245
5. Ensino jurídico como fonte de direito 254
6. Considerações finais 256
7. Referências bibliográficas 256

O ensino do direito internacional: reflexões sobre os desafios trazidos pela disciplina 259
Luís Renato Vedovato
1. Introdução 259
2. Aspectos introdutórios 259
3. Breve histórico 263
4. As disciplinas optativas 266
5. Conflitos enfrentados por um professor de direito internacional 267
5.1 A adoção de uma aproximação teórica mais integrada para o ensino do direito internacional 269
5.2 Adotar um método político mais explícito, no qual o ensino do direito internacional pode se tornar um mecanismo de divergência criativa 270
5.3 Repensar o ensino do contexto para evitar o que pode ser descrito como o mal-estar romântico 271
6. Conclusão 272
7. Referências bibliográficas 272

As faces de eco: apontamentos sobre o ensino do Processo Penal 275
Fauzi Hassan Choukr
1. Eco castigada: a mecânica reprodução da fala alheia 275
2. Eco dilacerada: a desordem aparente e o resgate da essência 277
3. Eco resgatada: aos quatro ventos a palavra reconstruída 279
4. Referências bibliográficas 280

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

O ensino da justiça (ou a renovação da docência jurídica) 283
JOSÉ RENATO NALINI
1. Introdução 283
2. O anacronismo do ensino jurídico 284
3. Ensinar direito ou justiça? 286
4. Propostas concretas 288
5. Referências bibliográficas 292

PARTE III
A EVOLUÇÃO DO ENSINO JURÍDICO

Técnicas para a evolução do modelo pedagógico tradicional dos cursos de direito 295
PROF. SERGIO RODRIGO MARTINEZ
1. Introdução 295
2. Técnica da evolutividade 295
3. Técnica da metodologística 300
4. Técnica da transgressividade criativa 307
5. Técnica da ecossistematização 309
6. Técnica da mediatividade 312
7. Conclusão 314
8. Referências bibliográficas 315

O professor de direito: perspectivas para a construção de uma identidade docente. 321
ANGÉLICA CARLINI
1. Introdução 321
2. A atividade docente em direito no Brasil 323
3. Construção de uma identidade docente para o professor de direito: desafios e perspectivas 332
4. Conclusão 339
5. Referências bibliográficas 340

Pesquisa em direito e a superação das escolas-de-um-só. Uma profecia às avessas? 343
ARTUR STAMFORD DA SILVA, ALEXANDRE DA MAIA E JOÃO PAULO ALLAIN TEIXEIRA
1. Introdução: tempo e pesquisa em direito 343
2. A guerrilha entre saberes jurídicos 349
3. Teoria e prática: um dualismo superável 355
4. Pesquisa e as escolas-de-um-só no direito 357
5. Conclusão 362
6. Referências bibliográficas 363

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

(Re)Pensando o direito diante de um mundo global: Uma reflexão sobre os desafios do ensino jurídico no século XXI 367
Bárbara Silva Costa
1. Introdução 367
2. Globalização: uma análise muito além da econômica 368
3. O direito e seu ensino no século XXI 372
4. Considerações finais 376
5. Referências bibliográficas 377

Hermenêutica e ensino jurídico em *Terrae Brasilis* 379
Lenio Luiz Streck
1. A não recepção da revolução copernicana proporcionada pelo giro lingüístico-ontológico 379
2. Dogmática e ensino jurídico: o dito e o não-dito – o universo do silêncio (eloqüente) do imaginário dos juristas 387
3. A fetichização do discurso e o discurso da fetichização: a dogmática jurídica, o discurso jurídico e a interpretação da lei – ainda a "estandardização do Direito" 392
4. A guisa de considerações finais: um decálogo para evitar mal-entendidos sobre o papel da hermenêutica (filosófica) 398
5. Referências bibliográficas 405

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br